



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ
POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

Soldado PM da Carreira de Praças Policiais Militares da Polícia Militar do Ceará (PMCE)

**CURSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL
3.^a Etapa**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O covarde só ameaça quando se acha em segurança.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **1.º/6/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares (prova objetiva): Internet — www.cespe.unb.br.
- II **2 e 3/6/2009** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **26/6/2009** – Resultado final do concurso: Diário Oficial do Estado do Ceará e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

No que se refere a ética, moral e justiça segundo Platão e Aristóteles, julgue os seguintes itens.

- 1 Em resposta ao clamor para que fosse resgatado o sentido de ética, de moral e de justiça que se havia perdido durante o período de crescimento e enriquecimento de Atenas, Platão propôs que se resgatassem os mitos pré-socráticos.
- 2 Para Platão, a lei devia moldar o real; para Aristóteles, o real é que devia moldar a lei.

No que tange aos conceitos de ética e de sociedade, julgue os itens a seguir.

- 3 A palavra sociedade vem da palavra latina *societas*, que significa uma associação conflituosa entre indivíduos. Por sua vez, a palavra *societas* é derivada de *socius*, que significa competidor. Desse modo, o significado de sociedade está intimamente relacionado à ideia de competição e de conflito social.
- 4 É por meio da ética que são estabelecidos os códigos públicos ou privados de conduta, ou seja, é por intermédio dela que são determinados quais comportamentos concretos e objetivos são considerados morais. É a reflexão de cunho ético que suscita perguntas como: que ações produzem mais felicidade que sofrimento e merecem ser realizadas por nós? Que ações criam condições efetivas de bem-estar social, e não de injustiças?

Com referência à moral e à ética, julgue os próximos itens.

- 5 Moral e ética são palavras empregadas como sinônimos no sentido de conjunto de princípios ou padrões de conduta. Ambas as palavras são empregadas também para fazer referência ao pensamento reflexivo sobre as ações humanas involuntárias ou, ainda, sobre o efeito dessas ações nas condutas adotadas pelos profissionais no exercício de suas profissões.
- 6 A ética é uma disciplina que objetiva o exercício da cidadania. Nesse sentido, pode-se constatar elementos que identificam questões morais ao se analisar o artigo 1.º da Constituição Federal de 1988 (CF), como um dos objetivos da República, a supressão dos direitos fundamentais.

No que concerne à cidadania, julgue os itens subsequentes.

- 7 A cidadania pode ser corretamente definida como um *status* jurídico e político mediante o qual o cidadão adquire os seus direitos como indivíduo — os chamados direitos sociais, políticos e civis — e os seus deveres relativos a uma coletividade política, além de adquirir a faculdade de participar na vida coletiva do Estado.
- 8 São duas as grandes transformações que questionam o Estado-Nação contemporâneo e o conceito de cidadania que lhe é inerente: a globalização e o surgimento de sociedades cada vez mais multiculturais.

Quanto ao disposto no artigo 5.º da CF, julgue os itens que se seguem.

- 9 Embora todos sejam iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, os estrangeiros residentes no país não possuem garantias de inviolabilidade do direito à liberdade e à segurança, exceto quando contraírem núpcias com brasileiro nato.
- 10 São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Além disso, a casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Acerca de direito processual penal, julgue os itens seguintes.

- 11 Nos crimes de ação penal pública, a autoridade policial tem o dever de apresentar em juízo a denúncia contra o suspeito.
- 12 Um auto de prisão em flagrante originado de um inquérito vicioso pode ser corretamente considerado inválido e ineficaz.
- 13 A queixa-crime é uma petição inicial que expõe detalhadamente um fato criminoso e com a qual se inicia a ação penal privada, ao passo que a denúncia é peça apresentada pelo Ministério Público em que se formula acusação contra alguém, imputando-lhe a prática de um crime.
- 14 No interrogatório, que só pode ser feito no início do processo, o acusado tem o direito de permanecer calado, e o seu silêncio não pode ser interpretado contra sua defesa.
- 15 Flagrante esperado é aquele que se realiza quando se toma conhecimento de que vai ocorrer uma infração penal, e a autoridade policial desloca-se para o local, apenas aguardando e observando a atuação do agente, sem induzir ou provocar o crime.

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz do direito penal.

- 16** João, com 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade, atirou no coração de Pedro. Este, em decorrência do referido disparo, veio a falecer no dia seguinte. Nessa situação, João responderá pelo resultado morte.
- 17** Lívia, mãe de um recém-nascido, decidida a não mais cuidar da criança, deixou de amamentá-la, vindo o bebê a falecer por inanição. Nessa situação, Lívia responderá por omissão de socorro.
- 18** Leonardo ameaçou matar Guilherme, o qual, para se defender, adquiriu um revólver e, assim que avistou Leonardo na rua, alvejou-o por duas vezes, provocando-lhe a morte. Nessa situação, não se configurou hipótese de legítima defesa.
- 19** Alan é matador de aluguel e foi contratado por Leôncio para matar Filomeno. Ao avistar a vítima, Alan constatou tratar-se de antigo desafeto seu, razão por que decidiu matá-lo com emprego de meio cruel. Nessa situação, Leôncio responderá juntamente com Alan por homicídio qualificado.
- 20** Roberto invadiu o escritório profissional de Juliana e furtou modernos computadores lá existentes. Nessa situação, Roberto responderá apenas pelo crime de furto.

Acerca dos fundamentos de direito penal militar e de direito processual penal militar, julgue os itens de **21** a **30**.

- 21** O caráter especial do direito penal militar encontra respaldo na CF, que, em seus dispositivos, atribui a exclusividade da justiça militar para julgar os crimes militares definidos em lei, excetuadas as situações específicas, como processo e julgamento de crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil.
- 22** Considere que um soldado, em situação de atividade, tenha agredido fisicamente um capitão, ocasionando-lhe lesões de natureza leve, e que, no âmbito do inquérito policial militar, reste demonstrado que o agressor desconhecia a qualidade de superior da vítima a qual, na ocasião, encontrava-se em serviço à paisana. Nessa situação, o soldado não pode ser responsabilizado pelo crime de violência contra superior, pois essa qualidade da vítima, quando não conhecida pelo agente, deixa de ser elemento constitutivo do crime.
- 23** Suponha que um soldado, dirigindo imprudentemente uma viatura policial, empreendendo velocidade excessiva em via pública, tenha provocado acidente de trânsito em que foram vitimados os outros policiais militares que ocupavam a viatura. Considere também que, apurados os fatos, tenha-se constatado que a velocidade imprimida no veículo era incompatível com a via, não havendo, na ocasião, qualquer situação de perigo ou urgência que justificasse a conduta do soldado. Nessa situação, o soldado deve responder por crime culposos, pois deixou de empregar cautela e prudência, a que estava obrigado em face das circunstâncias.

- 24** São excludentes da ilicitude o estado de necessidade, a legítima defesa putativa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.
- 25** A pena de morte estabelecida no Código Penal Militar não foi recepcionada pela CF, que, de forma absoluta, consagrou como garantia individual do sentenciado a impossibilidade permanente de aplicação de determinadas espécies de penas, entre as quais a de morte e a de prisão perpétua.
- 26** Conceitua-se direito substantivo como o conjunto de normas de valoração das condutas sociais, visando à proteção dos interesses considerados essenciais à manutenção de uma dada formação social, e direito adjetivo como o conjunto de normas jurídicas que dispõem acerca do modo, dos meios e dos órgãos do estado encarregados de punir, o que se realiza por meio do processo.
- 27** Caso o comandante de determinado batalhão de polícia militar presencie um crime de natureza militar praticado por um policial militar hierarquicamente inferior a ele, caberá a esse comandante determinar a prisão em flagrante do policial criminoso, podendo lavrar o respectivo auto de prisão em flagrante e determinar, se necessário, a incomunicabilidade do indiciado pelo prazo máximo de seis dias.
- 28** A denúncia do Ministério Público Militar dá início à ação penal militar, definindo a acusação e indicando o acusado do processo que se inicia.
- 29** A sindicância ou o processo administrativo disciplinar nos quais restem comprovadas a autoria e a materialidade de crimes militares podem consubstanciar a ação penal. Todavia, nesse caso, é obrigatória a instauração do competente inquérito policial militar, procedimento indispensável à formação da convicção do Ministério Público.
- 30** A deserção, por ser um crime propriamente militar, somente pode ser praticada por militar das Forças Armadas. Conduta similar, quando praticada por policial militar ou bombeiro militar, é tipificada perante a justiça militar estadual como insubmissão.

Com relação aos fundamentos de direito civil, julgue os itens seguintes.

- 31** Os direitos dos proprietários dos bens imóveis são ilimitados; portanto, não existe uso anormal ou abusivo de propriedade.
- 32** É possível admitir o descumprimento de uma lei sob a alegação de seu desconhecimento, mesmo após a sua publicação e vigência.
- 33** Se os irmãos Fábio e Fabiana forem filhos de Maria e José, então Fábio e Fabiana serão parentes colaterais de primeiro grau.
- 34** A inexecução culposa da obrigação ou a injusta recusa de recebê-la no tempo, no lugar e no modo convencional caracterizam a mora.
- 35** Configura união estável entre um homem e uma mulher a convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família.

Julgue os itens que se seguem com base nos fundamentos de direitos humanos.

- 36** A transferência do local de trabalho até a exoneração do serviço público, a reparação dos danos causados à vítima e a punição na esfera penal, até mesmo com a pena privativa de liberdade, são punições que o policial militar pode sofrer se realizar uma conduta caracterizada como abuso de autoridade.
- 37** O princípio da dignidade é caracterizado pela previsão constitucional de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.
- 38** O policial militar não deve partir do princípio de que todas as pessoas são inocentes, pois sua função principal é proteger os bens, a vida e a integridade física dos cidadãos.
- 39** Ninguém deve ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, com exceção dos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- 40** As ordens superiores devem ser fielmente cumpridas pelos subordinados, mas cabe a recusa do cumprimento de ordens contrárias à lei ou sem embasamento legal.

Considerando o disposto na CF, julgue os itens a seguir.

- 41** A segurança pública é responsabilidade de todos.
- 42** A polícia militar e o corpo de bombeiros dos estados federados são subordinados aos respectivos governadores, diferentemente da polícia civil, que é subordinada apenas ao presidente do tribunal de justiça de cada estado.

De acordo com a Constituição Estadual do Ceará, julgue os itens que se seguem.

- 43** Cabe ao Ministério Público o controle externo da atividade policial.
- 44** A polícia civil, o corpo de bombeiros e a polícia militar integram o sistema de segurança pública e de defesa civil.

Com relação aos atributos do poder de polícia e à preservação da ordem pública, julgue os seguintes itens.

- 45** Quando um policial age orientando-se pelos critérios de conveniência e de oportunidade, ele está fazendo uso do atributo de coercibilidade do poder de polícia.
- 46** Em situação de anormalidade, a ordem pública deve ser restabelecida mediante ações preventivas, com atitudes dissuasivas.

Acerca das modalidades de policiamento ostensivo, julgue os itens subsequentes.

- 47** Quando um policial em serviço realiza atividade móvel de observação e de fiscalização, ele está realizando patrulhamento.
- 48** Quando um policial executa um mandado de busca e apreensão, ele está realizando uma diligência.

A respeito de policiamento motorizado, julgue os itens abaixo.

- 49** Não é recomendável que o radiopatrulhamento se realize em turno superior a quatro horas.
- 50** A viatura de radiopatrulhamento, mesmo não estando engajada em atendimento de emergência, tem a prerrogativa de trafegar sem obedecer às regras de trânsito.

Com relação à atuação da polícia militar é à conduta dos policiais em serviço, julgue os próximos itens.

- 51** Quando um policial militar for efetuar uma prisão, se houver tentativa de fuga, ele poderá empregar a força física.
- 52** O policial militar deve ter atuação essencialmente repressiva.

Acerca da imunidade de diplomatas e de parlamentares, julgue os itens que se seguem.

- 53** Deputado federal só pode ser preso em flagrante delito nos casos de crimes inafiançáveis.
- 54** Estando ou não em missão diplomática especial, os cônsules gozam de imunidade diplomática.

Quanto ao uso de algema ou à atuação policial na preservação do local do crime, julgue os itens a seguir.

- 55** O policial militar não precisa justificar o uso de algemas.
- 56** Quando estiver preservando o local onde tenha ocorrido um crime, para realização da perícia, o policial militar deve relatar aos peritos qual é o seu ponto de vista sobre a situação.

Acerca das técnicas usuais em busca pessoal, julgue os itens seguintes.

- 57** Caso não haja parede, veículo próximo ou qualquer superfície vertical no local de busca preliminar, o policial deve obrigar o suspeito a deitar-se de frente para o solo e com os braços esticados e para a frente.
- 58** Se, após a busca preliminar, houver a necessidade de revista mais minuciosa em mulheres, e não houver policiais femininos no local, a busca pessoal não deverá ser feita, e a mulher deverá ser conduzida até o distrito policial da área.

Acerca da atuação policial na condução de preso ou em edificação em que haja refém, julgue os itens subsequentes.

59 Ao atuar em edificação com refém, o policial militar deve oferecer-se para substituir o refém original, isto é, para ficar no lugar dele.

60 Os presos menores de idade deverão, prioritariamente, ser transportados na boleia da viatura.

Com relação a arbitragem e mediação, julgue os itens a seguir.

61 A arbitragem é um meio de pacificação social alternativo à jurisdição do Estado.

62 A mediação é um procedimento de caráter voluntário, da qual as partes só participam se quiserem.

A respeito dos princípios norteadores da mediação e de seus requisitos, julgue os próximos itens.

63 Na mediação, vigora o princípio da informalidade, e não o da formalidade legal.

64 Um dos requisitos da mediação é a existência de relações continuadas.

Com relação a características de eventos críticos (crises), julgue os itens a seguir.

65 Uma das características de toda crise é que ela exige da polícia a adoção de uma postura organizacional rotineira.

66 A imprevisibilidade é uma das características de toda crise.

Com relação aos critérios de ação estabelecidos pela doutrina do gerenciamento de crises do Federal Bureau of Investigation (FBI), julgue os itens que se seguem.

67 Pelo critério da necessidade, toda e qualquer ação deve ser implementada quando for indispensável.

68 O critério da aceitabilidade implica que toda ação deve ter respaldo moral e ético, não necessariamente legal.

Considerando a legislação da polícia militar no que diz respeito aos afastamentos temporários do serviço, às licenças e à deserção, julgue os itens a seguir.

69 O militar estadual tem direito ao afastamento total do serviço por dez dias, por motivo de núpcias.

70 Ao militar estadual podem ser concedidos dez dias de licença-paternidade.

71 A deserção do militar estadual acarreta necessariamente a perda do posto e da patente, no caso de ele ser oficial, ou a perda da graduação, no caso de ele ser praça.

Acerca da inteligência policial, julgue os próximos itens.

72 A Inteligência é o ramo que se destina à proteção da atividade e da instituição, por intermédio de medidas ativas e passivas de proteção.

73 Compartimentação é o resultado eficaz de todas as medidas de salvaguarda que visam ampliar o acesso das pessoas à necessidade que tenham de conhecer determinado assunto.

74 Informação é o conhecimento resultante de raciocínio elaborado pelo profissional de inteligência e que expressa seu estado de certeza em face da verdade sobre situação passada e(ou) presente.

Com relação à doutrina de polícia comunitária, julgue os itens subsequentes.

75 A primeira etapa do planejamento estratégico do policiamento comunitário é a identificação das lideranças locais.

76 A gestão da polícia tradicional é desconcentrada, e a da polícia comunitária é concentrada.

77 No estado do Ceará, não há nenhum projeto de polícia comunitária em execução voltado para a prevenção ao uso indevido de drogas.

Acerca dos cuidados com o armamento e com os equipamentos utilizados pelos militares do Estado, ou, ainda, com relação aos efeitos que o uso deles pode ter, julgue os itens a seguir.

78 Se uma pessoa for contaminada com agente químico irritante lacrimogêneo, alguns cuidados devem ser tomados, tais como: remover a pessoa da área afetada, não deixar que ela esfregue os olhos e, no caso de contaminação acentuada, lavar as partes afetadas com água em abundância.

79 A granada efeito moral foi projetada para ser utilizada em operações de controle de graves distúrbios, quando os infratores da lei se encontram protegidos por barricadas.

80 A granada pimenta foi projetada para ser utilizada por grupos especiais em operações de adentramento em ambientes fechados.

